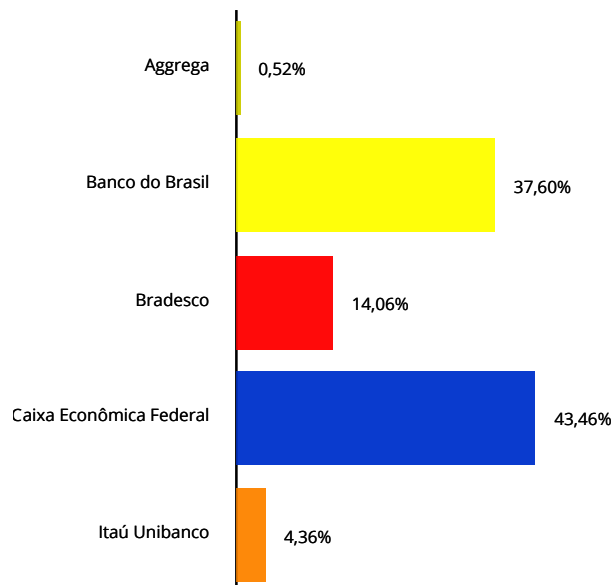
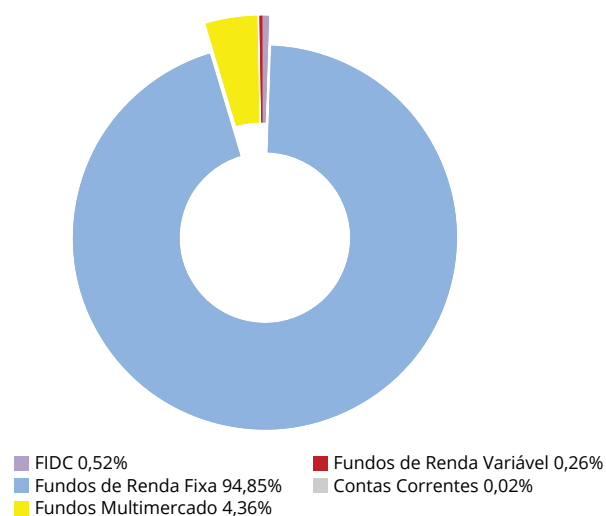


Os recursos do LAGESPREVI - Previdenciário são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



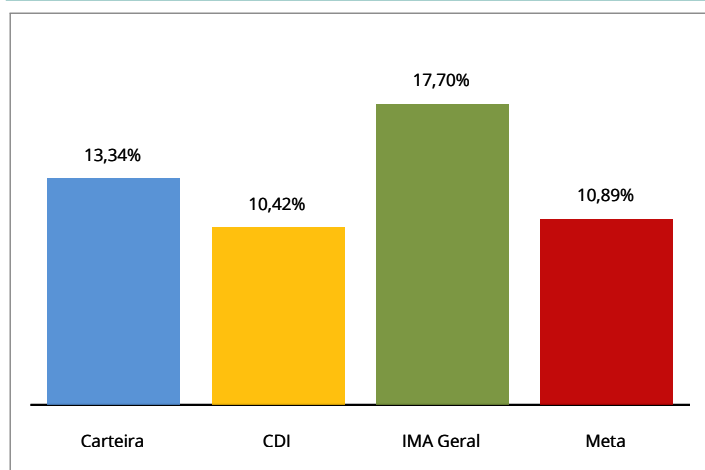
Distribuição da Carteira por Segmento



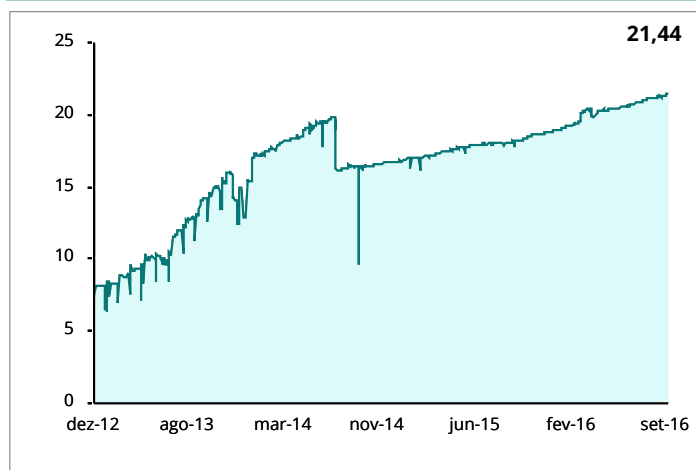
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
LAGESPREVI - PREVIDENCIÁRIO	1,22%	13,34%	17,63%
CDI	1,11%	10,42%	14,13%
IMA Geral	1,53%	17,70%	22,07%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	0,57%	10,89%	15,66%

Carteira x Indicadores em 2016



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Análise de Desempenho: A carteira do LAGESPREVI - Previdenciário tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.



Análise Macroeconômica

Nos EUA, o Federal Reserve não surpreendeu em sua decisão de taxa de juros de setembro e, novamente, manteve a taxa básica estável no intervalo de 0,25% a 0,50% ao ano. As projeções dos membros do FOMC estão se tornando cada vez mais sincronizadas. Atualmente, de seus 17 membros, 10 acreditam que haverá um aumento de juro neste ano de 0,25 p.p. – diferente de nossa projeção, de nenhum aumento. Vale lembrar que o Fed possui um mandato duplo, de estabilidade de preços (isto é, inflação de 2%) e atingimento do pleno emprego. Os membros do FOMC projetam que a inflação de 2016, medida pelo PCE, fique em 1,3% no acumulado em 12 meses. O dado de agosto mostrou a taxa em 1%. Como o desemprego já se encontra em nível suficientemente baixo (5%), reconhecemos que se houver aumento da inflação corrente nos próximos dados a serem divulgados – final de outubro e de novembro – o Fed poderá subir o juro na última reunião do ano.

Na Zona do Euro, a confiança da indústria seguiu no mesmo nível que se encontrava em agosto, ainda em patamar de baixa expansão. Também na Europa, o Bank of England decidiu reduzir sua taxa básica de juro, de 0,50% para 0,25% ao ano, em linha com o que havíamos antecipado em nossa Carta Mensal de agosto.

Na Ásia, o destaque desta vez ficou por conta do BoJ (Banco Central do Japão), que inovou a política monetária incluindo uma meta para a taxa de juros longa. O BoJ decidiu que atuará no mercado de maneira a deixar a taxa de juros de 10 anos em 0% (até então, a taxa estava negativa em -0,04%). Após a decisão, a taxa elevou-se a -0,02%, mas no final do mês voltou a cair e chegou a quase -0,07%. O BC do país quer acabar com os juros negativos nas taxas longas pois isso desestimula os investimentos e, também, porque a curva de juros estava invertida (isto é, as taxas curtas estavam maiores que as taxas longas). Por enquanto, parece difícil que a medida efetivamente melhore a situação econômica do país.

Setembro foi um mês de espera no Congresso. O Governo decidiu aguardar o primeiro turno das eleições municipais para levar adiante a PEC do teto de gastos e a Reforma da Previdência – ambas fundamentais. Apesar desta “espera”, Temer tomou uma decisão muito importante para sinalizar seu comprometimento com o ajuste fiscal: vetou o aumento de salários dos defensores públicos federais.

Com a política fiscal em compasso de espera, o destaque de setembro ficou por conta da política monetária. O Banco Central apresentou o Relatório Trimestral de Inflação e suas projeções para a inflação ao longo dos próximos anos. Nas projeções do BC, se a meta da Selic ficar estável em 14,25% e o dólar em R\$ 3,3 (“Cenário de Referência”), 2017 terminará com uma inflação de 4,4%. Já se a Selic e o câmbio seguirem o caminho projetado no Focus (“Cenário de Mercado”) – que, para a Selic, é de manutenção em 14,25% em outubro e corte até 10,88% no início de 2018, e, para o dólar, é de elevação a R\$ 3,40 no início de 2018 – a inflação terminará 2017 em 4,9%. O BC ainda apresentou os cenários “Híbrido 1” e “Híbrido 2”. No primeiro, o BC utiliza a Selic estimada no Focus e o câmbio estável em R\$ 3,30 – com inflação terminando 2017 em 4,8%. No segundo, o BC considera a Selic estável em 14,25% e o câmbio estimado pelo Focus – assim, a inflação de 2017 ficaria exatamente na meta, em 4,5%. Vale notar que, em primeiro lugar, nos quatro cenários o BC considera que a Selic ficará estável na próxima reunião. Em segundo lugar, a inflação só convergirá para a meta nos cenários que partem da premissa de Selic estável. Por fim, o BC mostrou que suas próprias projeções de inflação para julho e agosto ficaram bem abaixo da inflação efetiva daqueles meses, isto é, reforçou que as projeções contêm incerteza. Assim, em nossa opinião, seria precipitado se o BC decidisse cortar o juro na próxima reunião, uma vez que ele deveria priorizar garantir que a inflação convergirá à meta de 4,5% em 2017.

Em setembro, revisamos nossas projeções para o câmbio. O ambiente para a aprovação das reformas fiscais vem se fortalecendo, o que contribui para a redução do risco do país. No cenário externo, o aumento de juro realizado pelo Fed deve ser mais gradual do que a expectativa de mercado. Além disso, as commodities têm mostrado força, ainda que em decorrência da perspectiva de acordo pelo cartel de países exportadores de petróleo (OPEP). Tais fatores melhoram os termos de troca do país e também contribuem para a queda do dólar. Neste contexto, projetamos que o dólar caia a R\$ 3 no final deste ano e a R\$ 2,8 ao final de 2017. Nossa avaliação difere significativamente do mercado, que, como citamos, espera o dólar mais caro a frente.

Renda Fixa

No mês de setembro, o destaque internacional ficou por conta do banco alemão Deutsche. A notícia da multa que o banco pode ter que pagar ao governo americano, algo em torno de 14 bilhões de dólares, trouxe tensão ao setor financeiro. Além de não obter o apoio do governo alemão, existe a dúvida do contágio, pela exposição que outros



bancos podem ter ao Deutsche. No Brasil, as projeções de inflação, no longo prazo, já se mostram ancoradas à meta e, no curto prazo, observa-se um recuo gradual. Tal cenário indica que o Bacen já teria condições para iniciar o ciclo de cortes na Selic. O governo parece ter conseguido apoio para aprovar as reformas fiscais, destacando a PEC do Teto dos Gastos que deve ser votada ainda este ano.

As incertezas quanto ao comprometimento do governo com as medidas de ajuste fiscal e com a decisão de política monetária do FOMC ainda se faziam notar na primeira quinzena do mês, trazendo volatilidade à curva de juros. Após a confirmação de que não haveria alta de juros nos EUA e da divulgação de apoio ao governo por partidos do chamado "Centrão", uma nova injeção de otimismo tomou conta do mercado, causando um considerável fechamento da curva nas duas últimas semanas do mês.

Em setembro, o dólar fechou estável, assim como em agosto. Apesar disso, a moeda teve um mês volátil, principalmente nos dias próximos a reunião do FED, quando a moeda chegou a bater R\$ 3,33 para depois voltar a cair e fechar em R\$ 3,2462 (com a decisão do FED de não aumentar a taxa de juros).

Renda Variável

Conforme mencionado no mês de agosto, houve estabilidade nas principais bolsas mundiais em setembro. Apesar disso, dois dos bancos centrais mais influentes do mundo mudaram seus discursos. O Boj (Banco Central do Japão), em sua reunião de política monetária, anunciou a pretensão de trazer sua curva de juros à normalidade por meio de um movimento de troca de títulos de longo para curto prazo. Já o Banco Central americano (Fed), em seu comunicado, reconheceu que a atividade está seguindo uma dinâmica mais fraca. O mercado já não espera mais duas altas no ano e cresce a probabilidade de alta para a reunião de dezembro em função dos números do PIB positivos e mercado de trabalho praticamente a pleno emprego. Resta a expectativa sobre a variação de salários e os índices de inflação, que atualmente são os "freios" do Fed para o aumento imediato.

Além disso, o mercado mundial ficou assustado com a saúde dos bancos europeus. No epicentro está o Deutsche Bank, maior banco alemão, correndo risco de solvência após o Departamento de Justiça Americano requerer 14 bilhões de dólares referente a irregularidades com títulos hipotecários, da época da crise dos subprime. Angela Merkel (mostrando sua já conhecida austeridade) negou, a princípio, qualquer ajuda financeira ao banco, que assiste de perto a derrocada do preço de suas ações. O que é certo é que ainda teremos muita volatilidade causada por esta questão.

No âmbito doméstico, o recesso branco (causado pelas eleições municipais) esvaziou a pauta de votações do Congresso e o que se viu foi o esforço político do Governo em apresentar e explicitar de forma detalhada a PEC 241 sobre o teto de gastos. A ideia é que em outubro, com a volta do plenário, o tema seja apreciado em comissão. Outro ponto foi a apresentação do relatório trimestral de inflação, que evidenciou a convergência da inflação projetada em direção à meta, abrindo espaço efetivo para o início do ciclo de queda de juros. Sob a ótica do custo de capital para as empresas, teremos pela frente melhora neste fundamento, além de crermos que as aprovações necessárias ao ajuste fiscal, ainda que sob forte represália política, serão aprovadas e colocadas em prática. Desta forma temos viés positivo para o mercado de ações no Brasil para o médio prazo.